

Livia Estevão Marchetti

Graduada em Direito (2010) e especialista em Direitos Humanos e Cidadania (2013) pela Universidade Federal da Grande Dourados. Mestre em Processo Civil e Cidadania pela Universidade Paranaense (2018). Advogada. Coursou as disciplinas Teoria Antropológica II, Antropologia do Direito e Metodologia de Pesquisa Antropológica como aluna especial no Mestrado de Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Coursou a disciplina Direitos Sociais e Políticas Públicas como aluna especial no Mestrado de Direito no Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Lecionou como Professora Substituta nos anos de 2014, 2015 e 2018 na Faculdade de Direito e Relações Internacionais, da Universidade Federal da Grande Dourados. Exerceu o cargo em comissão de assessora jurídica no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante (2016).

Bruno Smolarek Dias

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Positivo (2004) e mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2008). Doutor em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí (2014), ex-bolsista CAPES para Doutorado Sanduiche na Universidade do Minho - Portugal (2012). Doutorado em cotutela com a Università degli Studi di Perugia - Itália. Atuou como Coordenador do Curso de Direito da Universidade Paranaense, Campus Francisco Beltrão (2010-2014), professor titular da Universidade Paranaense e temporário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Leciona na graduação, pós-graduação e no Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos e Fundamentais, Direito Internacional Público, Constitucional e Processual, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direito socioambiental, normas fundamentais do processo, direito constitucional processual, direito ambiental, direito público, sociologia política e ciência política.

Gilberto Ferreira Marchetti Filho

É Bacharel em Direito em 2004 e pós-graduado lato sensu em Direito Civil e Processo Civil em 2006, pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN; Mestre em Processo Civil e Cidadania pela Universidade Paranaense – UNIPAR em 2018. Em sua atuação profissional, é Assessor Jurídico do Gabinete da 6ª Vara Cível de Dourados - MS desde 2005 e Professor de Direito Civil no Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN desde 2006. Também leciona Direito Processual Civil em cursos de pós-graduação.

O INSTITUTO DO AMICUS CURIAE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

**UM INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO SOCIAL
DAS DECISÕES JUDICIAIS
NO PROCESSO CIVIL**

ISBN: 978-85-9487-065-0

Autores

Lívia Estevão Marchetti

Bruno Smolarek Dias

Gilberto Ferreira Marchetti Filho

Capa e Diagramação

Aline Vieira Pipino

Revisão Geral

Mario do Carmo Ricalde

Marchetti, Lívia Estevão; Dias, Bruno Smolarek; Marchetti Filho, Gilberto Ferreira.

O Instituto do *Amicus Curiae* no Código de Processo Civil: Um Instrumento de Legitimação Social das Decisões Judiciais no Processo Civil. Marchetti, Lívia Estevão; Dias, Bruno Smolarek; Marchetti Filho, Gilberto Ferreira. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2020.

1. Direito. 2. Processual Civil.

I. Título.

CDD: 340

CDU: 341.46

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à



Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideu.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 1. Breves Considerações sobre o Código de Processo Civil Brasileiro e o Novo Processo Civil	13
1.1 O Código de Processo Civil de 2015: a Nova Visão do Sistema Processual Civil Brasileiro.....	13
1.2 As Bases da Codificação de 2015: um Código Principiológico, de Conceitos Indeterminados e de Cláusulas Gerais	20
1.3 A Estrutura do Código de Processo Civil de 2015.....	23
1.4 O Diálogo entre os Direitos Fundamentais e o Direito Processual Civil: a Eficácia Direta dos Direitos Fundamentais no Processo Civil.....	24
1.5 A Humanização e a Democratização do Direito: a Constitucionalização do Processo.....	32
Capítulo 2. <i>Amicus Curiae</i>.....	37
2.1 Notas Iniciais	37
2.2 História do Instituto no Cotejo Comparativo Inglês e Norteamericano.....	38
2.3 Origem e Evolução do <i>Amicus Curiae</i> no Direito Brasileiro	49
2.4 Noções Conceituais Básicas do Instituto	59
2.5 Aspectos Relevantes do <i>Amicus Curiae</i> no Controle de Constitucionalidade Brasileiro	64
Capítulo 3. <i>Amicus Curiae</i> no Código de Processo Civil de 2015..	73
3.1 Noções Introdutórias	73
3.2 Análise do Artigo 138 do Código de Processo Civil	75
3.3 Requisitos Objetivos para Admissibilidade do <i>Amicus Curiae</i> no Processo Civil.....	82
3.3.1 Relevância da matéria.....	82

3.3.2 Especificidade do tema objeto da demanda	89
3.3.3 Repercussão social da controvérsia	90
3.4 Requisito Subjetivo para a Admissão do <i>Amicus Curiae</i> no Processo Civil	91
3.4.1 A representatividade adequada da pessoa natural ou jurídica e órgão ou entidade especializada	92
3.5 Natureza Jurídica	98
3.6 <i>Amicus Curiae</i> e Figuras Afins	106
3.6.1 <i>Amicus Curiae</i> e o Perito	106
3.6.2 <i>Amicus Curiae</i> e o Ministério Público	108
3.6.3 <i>Amicus Curiae</i> e o Assistente	111
Capítulo 4. O <i>Amicus Curiae</i> como Instrumento de Legitimação Social das Decisões Judiciais no Processo Civil	115
4.1 Apresentações Preambulares	115
4.2 Teorias de Legitimação da Atuação do <i>Amicus Curiae</i> no Processo Civil	116
4.2.1 Teoria da interpretação constitucional de Peter Häberle	116
4.2.2 Teoria do agir comunicativo de Jurgèn Habermas	123
4.3 A Intervenção do <i>Amicus Curiae</i> no Processo Civil: um Instrumento em Prol da Legitimidade Democrática do Poder Judiciário Brasileiro.	132
Considerações Finais	157
Referências Bibliográficas	161